

PORTARIA nº 1.179 de 26 de novembro de 2021

Outorga a F. S. AGRISOLUTIONS INDÚSTRIA
DE BIOCMBUSTÍVEIS LTDA o direito de uso
de Água Subterrânea

A Secretaria Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, LILIAN FERREIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 9.612 de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a administração e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 29, de 05 de outubro de 2009, que estabelece critérios para diluição de efluentes em corpos hídricos superficiais de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 62, de 05 de dezembro de 2013,

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico nº 152575/CCRH/SURH/2021 de 25 de novembro de 2021, acostado nas folhas nº 437, 438 e 439 (f/v) do processo SAD nº 86012/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a F. S. AGRISOLUTIONS INDÚSTRIA DE BIOCMBUSTÍVEIS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 20.003.699/0006-65, referente ao Processo nº 86012/2020, doravante denominado Outorgado, o direito de uso da água subterrânea para finalidade industrial. O empreendimento está localizado na Rodovia MT 242, Km 09, zona rural, município de Querência/MT, inserido na Província Hidrogeológica Parecis, sob a UPG A - 8, com as seguintes características:

I – Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT FS 01 – 12°37'10,65" de Latitude Sul e 52°07'16,87" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e respectivo poço de observação nas coordenadas geográficas PT MON FS 01 – 12°37'09,64" de Latitude Sul e 52°07'16,89" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000. A vazão máxima de captação é de 160 m³/h por um período de 13,8 h/dia, durante

7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 2.208 m³/dia, conforme consta na Tabela 01 em anexo.

II – Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT FS 02 – 12°37'10,56" de Latitude Sul e 52°07'02,90" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e respectivo poço de observação nas coordenadas geográficas PT MON FS 02 – 12°37'10,91" de Latitude Sul e 52°07'01,97" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000. A vazão máxima de captação de 240 m³/h por um período de 9,2 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 2.208 m³/dia, conforme consta na Tabela 02 em anexo.

III – O Outorgado deverá realizar anualmente a análise físico-química e bacteriológica da água dos poços, contendo obrigatoriamente os seguintes parâmetros: temperatura da água, pH, Condutividade, Turbidez, Cor, Cloreto, Sulfato, Fluoreto, Ortofosfato, Nitrito, Nitrato, Nitrogênio Ammoniacal, Sólidos Totais, Sólidos Suspensos, Sólidos totais Dissolvidos, Alcalinidade Total, Alcalinidade de Carbonato, Alcalinidade de Bicarbonato, Dureza, Cálcio, Magnésio, Sódio, Potássio, Ferro Total, Manganês, Silica Solúvel, Coliformes Totais, *E. Coli*.

IV – O outorgado deverá instalar medidor automático de leitura de nível da água (dataloger) nos poços de observação;

V – O Outorgado deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada;

VI – O outorgado deverá encaminhar anualmente a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o Relatório das Medições captadas mensalmente;

VII – O outorgado deverá encaminhar anualmente o monitoramento mensal dos poços de observação com análise e interpretação dos dados;

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 25 de novembro de 2026, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;

II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de uso de recursos hídricos;

III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 6/6/2007;

IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser rationado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente;

I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997.

Art. 8º O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 03 de fevereiro de 2022.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Tabela 01 – Captação Poço Tubular

Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT FS 01 – 12°37'10,65" de Latitude Sul e 52°07'16,87" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000

MÊS	Vazão (m ³ /h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	160,000	13,800	31
Fevereiro	160,000	13,800	28
Março	160,000	13,800	31
Abril	160,000	13,800	30
Maio	160,000	13,800	31
Junho	160,000	13,800	30

Volume Máximo Anual Outorgado (m³) 805.920,000

MÊS	Vazão (m ³ /h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	160,000	13,800	31
Agosto	160,000	13,800	31
Setembro	160,000	13,800	30
Outubro	160,000	13,800	31
Novembro	160,000	13,800	30
Dezembro	160,000	13,800	31

Tabela 02 – Captação Poço Tubular

Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT FS 02 – 12°37'10,56" de Latitude Sul e 52°07'02,90" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000

MÊS	Vazão (m ³ /h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	240,000	9,200	31
Fevereiro	240,000	9,200	28
Março	240,000	9,200	31
Abril	240,000	9,200	30
Maio	240,000	9,200	31
Junho	240,000	9,200	30

Volume Máximo Anual Outorgado (m³) 805.920,000

MÊS	Vazão (m ³ /h)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	240,000	9,200	31
Agosto	240,000	9,200	31
Setembro	240,000	9,200	30
Outubro	240,000	9,200	31
Novembro	240,000	9,200	30
Dezembro	240,000	9,200	31